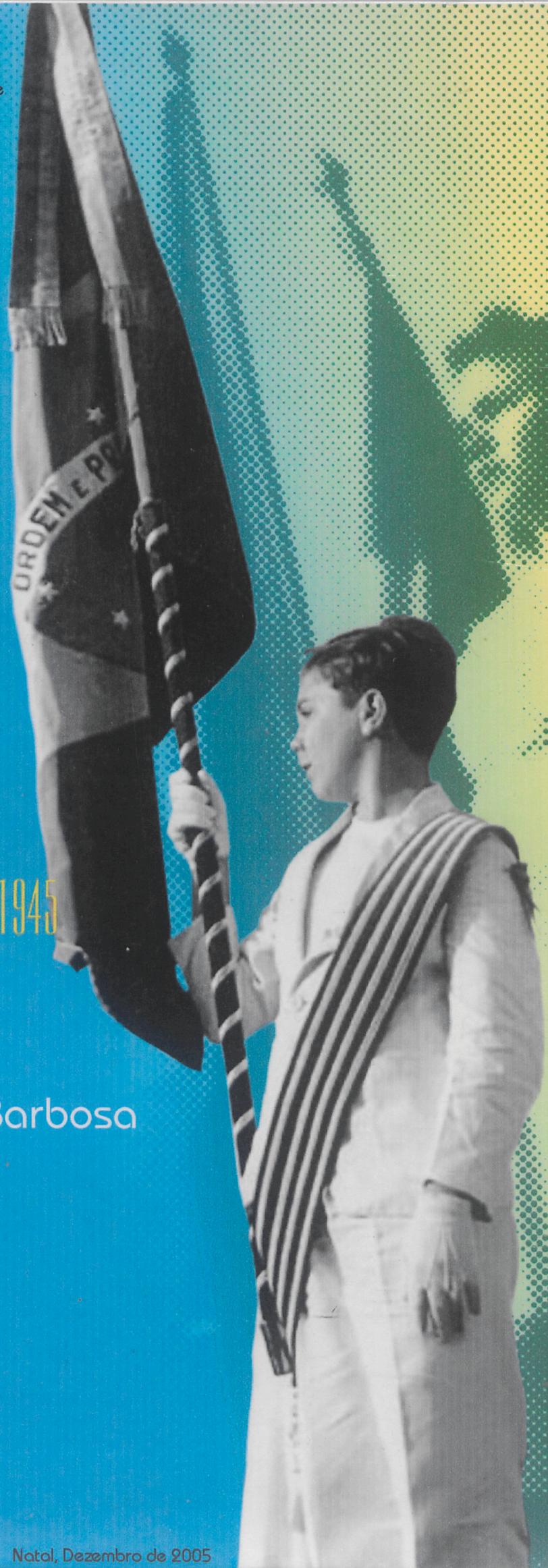


Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de História

O ENSINO PRIMÁRIO
NO RIO GRANDE DO NORTE
E A PROPAGANDA IDEOLÓGICA
DO GOVERNO VARGAS 1937 À 1945

Rozangela Moura Barbosa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



O ENSINO PRIMÁRIO NO RIO GRANDE DO NORTE E A PROPAGANDA
IDEOLÓGICA DO GOVERNO VARGAS (1937 a 1945)

ROZANGELA MOURA BARBOSA

NATAL
2006

CCHLA - DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Núcleo de Estudos Históricos, Arqueológicos
e de Documentos - NEHAD

ROZANGELA MOURA BARBOSA

O ENSINO PRIMÁRIO NO RIO GRANDE DO NORTE E A PROPAGANDA
IDEOLÓGICA DO GOVERNO VARGAS (1937 a 1945)

O ENSINO PRIMÁRIO NO RIO GRANDE DO NORTE E A PROPAGANDA
IDEOLÓGICA DO GOVERNO VARGAS (1937 a 1945)

Monografia apresentada à disciplina
BACHARELADO E LICENCIATURA em História, por Rozangela Moura Barbosa, ao
Departamento de História em 21/05/2006, com nota aprovada
conforme avaliação do orientador e da banca de avaliação constituída pelos
professores



Monografia apresentada à Disciplina
Pesquisa Histórica II sob a orientação
da Profª Drª. Maria Inês Sucupira
Stamatto, do Curso de História da
Universidade Federal do Rio Grande
do Norte.

NATAL/RN

2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

O ENSINO PRIMÁRIO NO RIO GRANDE DO NORTE E A PROPAGANDA
IDEOLÓGICA DO GOVERNO VARGAS (1937 a 1945)

Monografia apresentada como trabalho de conclusão do CURSO DE HISTÓRIA BACHARELADO E LICENCIATURA pela aluna: Rozangela Moura Barbosa, ao Departamento de História, em 21/12/05, tendo sido aprovada conforme avaliação do orientador e da banca examinadora constituída pelos professores:



Prof.ª Dr. MARIA INÊS SUCUPIRA STAMATTO (Orientadora)



Prof.ª Ms. MARIA DA CONCEIÇÃO FRAGA

Prof. LUÍS EDUARDO BRANDÃO SUASSUNA

NATAL /RN

2006

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela realização deste trabalho, por estar em sintonia comigo em todos os momentos difíceis desta trajetória.

A professora Inês Damato, que durante esta fase difícil, foi mais do que uma orientadora, uma mestra, compreensiva e paciente, prestando dedicação e seriedade durante este trabalho.

A todos os professores do Departamento de História, pela contribuição em minha formação.

A Lúcio de Oliveira, meu pai, pelo carinho, compreensão e incentivo. E acima de tudo pelo encorajamento neste mês final.

A Georgea Moura, meu pai, que me descontraia, nos momentos que lá visitávamos.

A Verbena, sobrinha e amiga pelo apoio.

Aos meus amigos especialmente a D. Nair, como ex-aluna do ensino primário, foi muito útil, fornecendo-me informações importantes para este trabalho.

Aos meus queridos irmãos, pela preocupação, principalmente a Nêide, pelo trabalho.

A minha amada e inesquecível mãe, que mesmo na morada eterna com o Pai, foi a inspiração para realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela realização deste trabalho, por estar em sintonia comigo em todos os momentos difíceis desta trajetória.

A professora Inês Stamatto, que durante esta fase difícil, foi mais do que uma orientadora, uma mestra, compreensiva e paciente, prestando dedicação e seriedade durante este trabalho.

A todos os professores do Departamento de História pela contribuição em minha formação.

A Lucio de Oliveira, meu esposo, pelo carinho, compreensão e incentivo. E acima de tudo pelo companheirismo nesta meta final.

A Geraldo Moura, meu pai, que me descontraia, nos momentos que ia visitá-lo.

A Verbena, sobrinha e amiga pelo apoio.

Aos meus amigos, especialmente a D. Nair, como ex-aluna do ensino primário, foi muito útil, concedendo-me informações importantes para este trabalho.

Aos meus queridos irmãos, pela preocupação, principalmente a Noilde, pelo incentivo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 A PROPAGANDA IDEOLÓGICA DO GOVERNO VARGAS E O ENSINO PRIMÁRIO	10
1.1 O ESTADO NOVO E A POLÍTICA CONTRA O COMUNISMO NA EDUCAÇÃO	10
1.2 O PAPEL DA IGREJA NO COTIDIANO ESCOLAR.....	17
2 A PROGRAMAÇÃO DO ENSINO NA ESCOLA PRIMÁRIA POTIGUAR	23
2.1 OS PROGRAMAS DO LIVRO DIDÁTICO.....	23
2.2 O CURRÍCULO PRIMÁRIO ESCOLAR.....	29
3 OS RITUAIS CÍVICOS PATRIÓTICOS NA ESCOLA PRIMÁRIA DO RN	34
3.1 AS FESTAS CÍVICAS NO COTIDIANO ESCOLAR.....	34
3.2 A AÇÃO DO GOVERNO ESTADONOVISTA NO ENSINO PRIMÁRIO POTIGUAR.....	38
CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS	44
ANEXOS	49

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objetivo fazer uma análise do Ensino Primário no Rio Grande do Norte e da Propaganda ideológica do governo brasileiro entre 1937-1945. O processo político educacional se intensifica no momento em que a educação nacional foi contemplada pela Constituição de 37, cuja elaboração foi feita pela tecnocracia getuliana, e imposta ao país como ordenamento do Estado Novo. Essa Constituição deu ao governo federal uma enorme soma de poderes, no sentido de acabar com o sistema representativo, com o federalismo, com os governos estaduais, com a pluralidade sindical; e instituindo um regime de força, usando o terror policial, a repressão violenta e também com as deportações impostas pela ditadura getuliana à população.

Vargas passou a ser definido como um Líder "totalitário" aumentando a capacidade repressiva fez com que o povo perdesse sua liberdade de expressão, passando a ser completamente submisso ao governo. Também usou de astúcias no projeto político estatal, implantou um regime sem o funcionamento do Congresso Nacional, sem partidos legais e sem eleição. O governo desenvolveu o fortalecimento do Estado somente para atender não só aos seus interesses particulares, como também aos das elites brasileiras e estrangeiras, no sentido de garantir o desenvolvimento rápido de industrialização e do capitalismo no país.

O processo da política econômica do novo regime, teve início no momento em que os produtos importados invadem o Brasil. Isso já vinha acontecendo desde a revolução de 30, com a Constituição de 1891, só que de forma lenta. A industrialização contribuiu para o fortalecimento das classes dominantes, formadas pela burguesia industrial, a aristocracia, os banqueiros e os aliados da tecnocracia.

Estas parcerias, juntamente com o apoio dos militares, contribuíram para consolidar a política de Vargas e aumentar o poder do Estado, no sentido de regulamentar as relações de trabalho, através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Por outro lado, permitiu ao governo impor ao sistema público de ensino uma legislação que procurava separar aqueles que podiam estudar, daqueles que deveriam estudar menos e servir ao mercado de trabalho mais rapidamente. Até porque para as elites, o caminho era mais simples. Primeiramente cursava-se o primário, depois o ginásio; em seguida, o colegial e posteriormente, optavam por qualquer curso superior.

Houve também a chance de profissionalização que, no entanto, foram destinadas apenas às “moças e moços de família”, para depois de cursarem o primário, ingressar no Instituto de Educação e, em seguida, cursar a Faculdade de Filosofia. O caminho das classes populares, caso escapassem da evasão, ia do primário aos diversos cursos profissionalizantes. Cada curso permitia acesso ao curso subsequente da mesma área.

Uma das medidas tomadas pelo governo Estadonovista foi a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, criado em 13 de janeiro de 1937 e dirigido pelo professor Anísio Teixeira. Este órgão era integrado com os trabalhos do Ministério de Educação e Saúde e através destas instituições, foi criada a Comissão Nacional de Ensino Primário. Esta era composta por sete membros que tinham entre suas atribuições organizar o plano de uma campanha nacional de controle ao analfabetismo, para isso contava com o apoio dos governos federais, estaduais e municipais e também com o apoio das iniciativas privadas.

Na política educacional do Estado Novo, Constitui-se a Lei Orgânica do Ensino, decretada em 1942. Neste momento, o ensino passou por reformas sob a direção de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde Pública. A última

dessas reformas foi a do ensino primário, com o Decreto-lei nº 8.529 de janeiro de 1946 que estabelecia a organização do ensino primário em um curso de quatro anos, incluindo mais um de preparação de exame ao ginásio, e que também adotou adultos e adolescentes num período de dois anos.

1.10 No Rio Grande do Norte, os estabelecimentos de ensino primário se organizavam pelo número de turmas: escolas isoladas que eram formadas por uma só turma; escolas reunidas, com até quatro turmas; grupo escolar, com mais de cinco turmas; e por último estava a escola para adultos. Para ampliação e manutenção da rede de ensino, a lei também previu o Fundo Nacional de Ensino Primário, criado pelo Decreto-lei de 1942, que não especificava a fonte de recursos.

Dessa forma, o presente estudo de pesquisa investiu na análise das mudanças que ocorreram no ensino primário no período de 1937 a 1945 no Rio Grande do Norte, e a propaganda ideológica do governo. A partir de então, o governador do Estado era Rafael Fernandes Gurjão, que implementou na ampliação das oportunidades educacionais através da construção e reformas de escolas isoladas e reunidas e de grupos escolares em zonas rurais e urbanas, como estratégia de dar visibilidade de ato educacional à população do Rio Grande do Norte. Trabalhou também em programas de formação de professores e inspeção de ensino, "propondo uma certa difusão" da ideologia de reconstrução e progresso através do controle do trabalho pedagógico por parte dos supervisores.

comunismo no país. Essa política despota tem como ponto formar na população em geral um caráter moral de nacionalista e amor à pátria. Nesse sentido, o setor educacional serviu como base para a formação da consciência do povo brasileiro.



1 A PROPAGANDA IDEOLÓGICA DO GOVERNO VARGAS E O ENSINO PRIMÁRIO

1.1 O ESTADO NOVO E A POLÍTICA CONTRA O COMUNISMO NA EDUCAÇÃO

Este capítulo trabalha a política ideológica do governo Getúlio Vargas destinadas á educação contra o comunismo, que teve início a partir do novo regime implantado no país, que vai de 1937 a 1945. A meta é detectar até que ponto a propaganda getulista repercutiu na escola primária norte-rio-grandense.

No Rio Grande do Norte, todas as medidas tomadas pelo novo regime Varguista, na luta em combate ao comunismo, tinham na sua essência um caráter moral nacionalista idealizado por Francisco Campos, antes de assumir o poder, como secretario de educação do Distrito Federal. Foi o principal responsável pela elaboração da Carta Constitucional de 10 de novembro, que permaneceu durante o Estado Novo. Segundo Diniz, está Constituição deu poderes ao governo de instalar no país uma nova fase que seria o "autoritarismo corporativista da chamada Era Vargas".¹

O governo tomou como medida principal a implantação de uma "ditadura fascista", baseada nos moldes internacionais, com intuito de impedir o avanço do comunismo no país. Essa política déspota tinha como ponto formar na população em geral um caráter moral de nacionalidade e amor à pátria. Nesse sentido, o setor educacional serviu como base primordial para a consolidação do poder ditatorial.

¹ DINIZ, 1983, P. 86.



Esse novo paradigma apontava para uma educação rígida, capaz de articular e inviabilizar qualquer perigo, interno ou externo, do “terrível monstro vermelho” que se afigurava mundialmente. Melo, ao tratar deste aspecto, afirma que “ só se combateria uma grande ameaça com um poderoso antídoto, sutilmente diluído em doses homeopáticas, através da educação no cotidiano escolar”.²

A escola era o templo preferencial onde a propaganda ideológica contagiava de forma direta. A infância e a juventude representavam um símbolo nacional, pois, por meio deles, era implantado em sala de aula, um método de ensino padrão, visando à conscientização de valores éticos moral e aos bons costumes,

O Brasil testemunhou grandes ondas de repressões aos “inimigos” políticos do governo acusados de subversão da ordem e de terem atitudes comunistas ao novo regime ditatorial. Vários partidos políticos foram extintos e colocados à margem da lei, particularmente, o Partido Comunista e a Aliança Integralista Nacional.

Foi elaborado pelo Capitão do Exército Brasileiro e membro da Ação Integralista, Olimpio Mourão Filho, e a pedido de Plínio Salgado, o Plano Cohem “seria publicado pela AIB, num boletim de caráter confidencial, com o objetivo de melhorar e preparar forças objetivas captadas pelo integralismo em especial a melícia – (...) o combate tenaz à expansão do comunismo no Brasil, os mesmos ameaçavam assassinar as principais lideranças políticas do país, incendiar as igrejas, desrespeitar lares, entre outras atrocidades. “produzido para finalidades internas da AIB, o Plano Cohen, acabou caindo no circuito das altas autoridades políticas e administrativas do país: o Presidente da República Getulio Vargas, e seus ministros civis e militares, generais, almirantes e lideranças políticas”.³

No Rio Grande do Norte, os dois Jornais *Ordem* e *República* publicavam artigos sobre as manifestações ocorridas em combate ao comunismo nas escolas do Distrito Federal. As recomendações do próprio Secretário de Educação Francisco

² MELO, Salânia Maria Barbosa de. A Construção da Memória Nacional no período de 1937 a 1945. Anais: História e Memória da Educação Brasileira, p. 246.

³ JORNAL, A República, 12 de dez. 1937, p. 08.

Campos, direcionadas a Felinto Miller, chefe de polícia do Distrito Federal, nos remetem as seguintes notícias:

1ª nota: "do perigo que as crianças passavam, de qualquer momento virem a ser afetadas pelas idéias comunistas".⁴

2ª nota: "Poderá ser evitada a propagação de qualquer princípio do comunismo, que visam somente criar ambiente para o futuro de desordem social, e que venha, facilitar os " surtos vermelhos" e que a criança poderá ser a maior vítima do comunismo".⁵

A criança tinha um tratamento especial por parte dos estadonovista; era protegida e, ao mesmo tempo, usada como meio de exaltar os sentimentos de amor à pátria à população. Esse sentimento estava explícito em todo os países ditatoriais. A criança era mais uma vítima para esconder a verdadeira atitude nefasta do governo que tinha apoio das elites brasileiras.

A forma pacífica do governo Vargas era uma farsa á opinião pública,. A criança era tida como uma espécie de amortecedor do anticomunismo escolar, liderados pelo governo na campanha para a nacionalização do ensino.

Na finalidade atribuída à escola primária para a formação integral do cidadão, a criança era compreendida, na sua formação física, intelectual e, sobretudo, moral e cívica. Este ideal foi perseguido durante décadas no país. Tratava-se, portanto, de um projeto político e sociocultural que levou a grande maioria da população em direção á constituição da nação brasileira. A meta do governo era construir uma nova identidade nacional e, em razão disso, o comunismo era uma barreira perigosa para a consolidação dessa ideologia.

⁴ JORNAL, A Ordem, 01 dez. 1937, p. 05. "A criança a maior vítima do comunismo" foi tema de um comunicado do serviço de divulgação daquele gabinete.

⁵ JORNAL, A Ordem, 28 jan. 1938, p. 06 Felinto Muller foi um dos maiores colaboradores e, de grande confiança do Presidente da Republica Getúlio Vargas, teve grande afinidade com os mais altos magistrados do país no período do Estado Novo.

O Estado Novo instituiu no país um sistema de educação escolar de nível básico, destinado à formação do cidadão. Segundo Figueiredo, não bastava o aluno saber ler ou escrever, pois isto não era considerado suficiente para formar cidadão, “se esse ensino não forma homens, não orienta a inteligência, e não destila o senso comum, que é o eixo em torno do qual, se organiza a personalidade humana, poderá fazer leitores, portanto não terá feito cidadão”.⁶

A lei Constitucional de 1937 estabeleceu medidas de efeitos morais para impedir quaisquer manifestações contrárias à moralidade pública, e aos bons costumes, assim como às especialmente, destinadas à proteção da infância e da juventude, a fim de garantir a paz, a ordem e a segurança nacional.⁷

No dia 28 de janeiro de 1938, o chefe de polícia da Capital da República declara à imprensa uma entrevista exclusiva ao Representante da “Agência Victória”, alegando que “o perigo do comunismo ainda não havia passado, e tornava perigoso para qualquer governo”⁸

Uma das primeiras medidas tomadas pelo Presidente da República, no sentido de expurgar o Brasil dos perigos da ‘infiltração vermelha’, foi examinar cuidadosamente todas as seleções de livros didáticos do país, com também todos os trabalhos que vinham sendo produzido nas escolas de todo território brasileiro.

O governo estadonovista se preocupou muito na formação do caráter moral do indivíduo e deu atenção especial à utilização de recursos de propaganda e de divulgação ideológica na intenção de provocar na população em geral um sentimento de amor à pátria.

⁶ FIGUEIREDO, Paulo Augusto. O Estado Nacional e a Valorização do Homem brasileiro. Cultura política, n.28, p. 49-50, jun., 1943. “O interesse maior do governo, era integrar o indivíduo a sociedade existente a seu modo. Para isso consistia dota-lo de uma certa homogeneidade”.

⁷ JORNAL, A Ordem, 28 jan. 1938, p. 12.

⁸ A REPÚBLICA, Jornal Oficial do Estado, 28 jan. 1938, p. 07.

O Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP, exercia a censura que era executada sob o comando do jornalista Lourival Fontes, responsável, não só pela intensa divulgação dos ideais do Estado Novo, mas sobre tudo, pelo severo controle da opinião pública e pela rígida censura aos meios de comunicação. Esse grande órgão tinha forte ligação com o Departamento de Educação. Segundo Prado, os dois assumiam "lugares em destaques" nas mais diversas colaborações ideológicas do povo brasileiro.⁹

"A censura existiu desde os primeiros anos de Vargas no poder, vindo a se intensificar com a implantação do novo regime, com a finalidade de interditar todos os partidos políticos de oposições, principalmente, o Partido Comunista. A repressão e a propaganda agiam duramente sobre os penalizados, enquanto isso, o patriotismo era inculcado, seja nas escolas ou nas associações esportivas".¹⁰

Não só da imprensa, como do teatro, do cinema, do rádio, os mesmos órgãos que estavam à frente da atividade cultural, publicando jornais, os mais famosos como: *O Jornal Amanhã* do Rio de Janeiro, circulava em todo país, inclusive no Rio Grande do Norte. Como também a revista *Cultura Política*, editada e produzida dentro de padrões moderníssimos, e ao mesmo tempo, abria novos e importantes espaços, somente para privilegiar as elites nacionais e intelectuais da época. Nomes como: Jose Maria Belo, Azevedo Amaral, Gilberto Freyre, Alberto Torres, Nelson Werneck Sodré, dentre outros colaboradores".¹¹

Para Vargas, a propaganda era a alma do negócio que conquistava a mente e corações do povo brasileiro e, ao mesmo tempo, controlava e prevenia das injúrias do comunismo. Vargas, com seu jeito paternalístico e afetivo, procurava se relacionar com os seus seguidores que aumentava cada vez mais.

⁹ OLIVEIRA, L. L. Elite Intelectual e debate político nos anos 30, Rio de Janeiro: FGV/MEC, 1990, p. 31-59.

¹⁰ PECAUTE, D. Os Intelectuais e a política no Brasil, São Paulo: Ática, 1990, P. 67.

¹¹ PRADO, Adonia Antunes, intelectuais e Educação no Estado Novo, 1982, p. 20.

O Departamento de Educação, juntamente com o Departamento de Propaganda, sendo os principais recursos de apoio para esses fins, como também principais órgãos responsáveis nas divulgações das práticas ideológicas e propagação na produção cultural brasileira, a repressão e a propaganda também agiam nas práticas ao patriotismo nas escolas primárias. Percebe-se a veracidade com que a propaganda e a educação tinham ponto em comum ao se tratar desses aspectos.

Cabia também ao Departamento de imprensa a importante tarefa de difundir o ideário do Estado Novo junto às repartições públicas, tornando tradição às comemorações cívicas escolares, para caracterizar, em um determinado momento histórico, o caráter nacionalista, através da criação do herói, da data cívica e do ritual no cotidiano escolar.

Esses personagens passaram a fazer parte do cotidiano escolar. Mesmo que ali não se fizesse presente, funcionava o macro poder como se fosse um olho invisível, como um ser onipresente. O mesmo acontecia com as fotografias do Presidente da república que ficavam anos e anos pendurados nos quatro cantos das escolas e, por meio da distribuição de retratos oficiais do presidente, os quais deveriam ser fixados em locais bem visíveis.

No período do Estado Novo, os estudantes de todo território brasileiros correspondiam um total de 42.736. Todos eram obrigados a decorar os conteúdos das cartilhas cívicas, nas quais a história do Brasil era contada de forma enviesada e a figura de Vargas pintada como a de Cristo Redentor.¹²

¹² REVISTA, Historia Viva, tema: O Brasil que GETÚLIO sonhou. Edição especial nº 4, ago. 2004, p 47.

“Por meio dessas cartilhas, o DIP transformou o aniversário de Vargas em “efeméride” escolar, de maneira em que centenas de escolas primárias espalhadas no Brasil e milhares de crianças lhe rendiam homenagens no dia do seu aniversário 19 de abril”.¹³

Através da estratégia usada para o sistema de ensino, o Rio Grande do Norte assistia às marchas cívicas, o hino á bandeira, os cânticos orfeônicos. Os cerimoniais eram obrigatórios e, normalmente, aconteciam de frente aos prédios escolares e nas praças públicas; era executado por professores e alunos das escolas primárias do Estado.

As ideologias políticas educacionais do governo Vargas foram introduzidas nas escolas, ministradas pelos professores, orientadas pelos seus diretores que prontamente respondiam ás determinações governamentais no intuito de criar um espírito patriótico na sociedade norte-rigrandense. “A garantia de que a nação brasileira estaria protegida dos riscos da desordem social e da ameaça do comunismo”. No dia 19 de setembro, o jornal *A República*, publicava um ofício do Sr. Secretário Geral do Estado, Dr Aldo Fernandes, ao Diretor do Departamento de Educação, nos seguintes termos:

“Atendendo a desejos constantemente demonstrados pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, Rafael Fernandes Gurjão, venho renovar a solicitação anteriormente feita a esse Departamento, no sentido de ser ativada em todas as escolas primárias do Estado a propaganda contra o comunismo, ou qualquer outras ideologias contrárias ao regimento orgânico do Brasil”¹⁴

O governo não abriu mão de aliar-se à Igreja nessa trajetória; juntos promoveram várias campanhas contra o comunismo nas escolas primárias potiguar.

¹³ REVISTA, História viva, Grandes temas: “O Brasil que Getúlio sonhou, Edição especial temática, nº 4 p. 11.

¹⁴ A REPÚBLICA, Diário Oficial do Estado, 28 nov. 1937, p.23.

Segundo Beozzo, "não é de estranhar que a defesa da ordem social vigente, do princípio de autoridade e da necessidade de combater o comunismo, fosse lançar a Igreja no campo contrário" ¹⁵. A Igreja e o Estado entrelaçaram numa só alma para se tornarem cúmplices neste trajeto da política "democrática" em prol do "bem-estar social" da nação.

1.2 O PAPEL DA IGREJA NO COTIDIANO ESCOLAR

A Igreja assumiu um papel culminante na política educacional do Estadonovismo instituindo tradições religiosas no projeto de nacionalização. O ministério de Educação junto às instituições religiosas contava com a tarefa de inculcar nos alunos os valores éticos e morais que fariam parte de uma cultura nacional, revigorada numa relação direta de cada pessoa com Deus.

A Igreja buscava transformar a nação em uma entidade moral e cristã, a fim de transmitir e adquirir confiança popular em favor da segurança política e econômica, cujos fins se realizariam no conforto Estatal. Esse esforço de sentimento espiritual da Igreja, parecia conferir à nação uma supremacia sobre o Estado, que se transformaria no mais forte instrumento de realização do ideário da nacionalidade.

Segundo Micelli, desde 1920 até 1945 a Igreja no Brasil "assumiu o trabalho de encenar grandes cerimônias religiosas nas escolas primárias, das quais, os dirigentes políticos, podiam extrair amplos dividendos, em termos de popularidades". Isto era feito "em troca da manutenção de seus interesses em setores, onde a

¹⁵ BEOZZO, 1984, P. 317. "Percebe-se, pela primeira notícia, um perfeito entrosamento, não somente, da Igreja com o Estado, mas, destes com o movimento integralista. O quadro de intelectuais católicos, formados no país, em sua maioria, por simpatizantes e até militantes do movimento integralista".

intervenção do Estado se fazia sentir de modo mais crescente (...), o sistema educacional, e o controle dos sindicatos”.¹⁶

Em atitudes como esta, de mobilização do povo, e tantas outras, o governo e a Igreja buscavam adesão como meio de extrair raízes no processo popular, onde o povo se fizesse presente, não como aliado subalterno, mas como um aliado forte, servindo aos propósitos dos grupos, em busca de hegemonia ou de “participação” no poder. Esse processo sobreviverá ao Estado Novo e vai construir a base de todo o processo político-social de 1946 a 1964”.¹⁷

No presente estudo, diante dos exemplos já citados em relação a intriga do comunismo e à afirmação de Beozzo em relação a política ideológica do governo etadonvista podemos também afirmar a visão que tinha o Bispo de Natal, Dom Marcolino Dantas, sobre a problemática social e o comunismo:

“Para este, “o comunismo é uma ilusão, um engano perigoso. A propriedade há de ser sempre própria, e não comum, como a mesma palavra indica. Pobreza não é desonra. (...) o que é preciso é que os ricos saibam ser ricos, dando aos pobres as sobras de sua fortuna. Ou mesmo, alguma coisa de fortuna. (...). E, igualmente, os pobres aprendam a resignação cristã, chave da felicidade dos desajustados de todas as classes. É a classe do sofrimento. Sem sofrer não se vive. Uns sofrem porque não tem. E outros, porque tem. A riqueza é um peso, embora suavize muita coisa. Feito isto, o comunismo desertará das plagas brasileiras. E a paz reinará no Brasil”¹⁸

Na “imponente parada cívica da festa do dia Bandeira, todas as escolas de Natal assistiam a um inédito e emocionante espetáculo de brasilidade”. Nela, a Igreja Católica se mostra perfeitamente integrada ao poder, inclusive, na própria fala do

¹⁶ MICELLE, Sergio. A política educacional e a formação da força de trabalho na era Vargas, Rio de Janeiro, Ed. Da Universidade de Brasília, 1983. p. 51.

¹⁷ DANTAS, 1957, P. 62

¹⁸ Nota publicada no Jornal Oficial do Estado do Rio Grande do Norte. Natal, 21 de nov. 1937, fl. N. 9.

governante em um discurso feito de frente à praça André de Albuquerque, no dia 19 de novembro de 1937.

“(...) Testemunha alerta do perigo que nos defronta, tendo sob as nossas vistas, os insidiosos assomos dos inimigos de Deus, da pátria e da família, dos partidários dos processos negativos, da construção pela destruição e pelo terror, dos vencidos nas pelejas da vida. Nós, brasileiros, confessemos publicamente, que jamais desertaremos; a energia com que travaremos o bom combate capaz de nos permitir viver como filhos de um Brasil de nós mesmos, como cultores das tradições de honra de nossos antepassados e como família, dos partidários dos processos negativos, da construção pela destruição e pelo terror, dos vencidos nas pelejas da vida, nós, brasileiros, confessemos publicamente que jamais desertaremos; que com a energia travaremos o bom combate capaz de nos permitir viver como filhos de um Brasil de nós mesmos, como cultores das tradições de honra de nossos antepassados e como fiéis cruzados da religião divina que batizou a nossa nacionalidade no seu alvorecer” (do discurso pronunciado pelo Governador Rafael Fernandes Gurjão, no “Altar da Pátria”, no dia da Bandeira.¹⁹

Em um edital publicado no dia 23 de outubro, considerando “um nobre esforço”, o jornal *A República* comenta “as atividades desenvolvidas por um preceptor de civismo”. E afirma que o Diretor da Educação do Rio Grande do Norte dirige, efetivamente, uma cruzada magnífica”. “(...) em sucessivas romarias cívicas e visitas a todas os nossos educandários, S. Revm^a. vem realizando um apostolado de democracia, de ensinamentos, de advertências, de fé cristã e amor ao Brasil”.

Anuncia também que o Diretor do Departamento de Educação reunirá nos próximos dias, na Praça André de Albuquerque, cerca de 3 mil alunos das escolas primárias natalense. “Será uma parada de grandiosa expressão cívica e cristã. Os jovens estudantes desfilarão empunhando milhares de bandeiras com as cores do Brasil”²⁰

¹⁹ A REPÚBLICA, Jornal. 23 out. 1937, p. 25.

²⁰ A REPÚBLICA, Jornal. 23 out. 1937, p. 16



A mobilização da Igreja se faz acompanhar de uma intensificação das discussões doutrinárias que buscavam situar a mensagem de fé da doutrina católica no burburinho criado pelo avanço da argumentação a favor da razão, da ciência e do “materialismo”, como critério único para a ação social e política.

A igreja estava presente e onipresente em todos os momentos cívicos solenes do cotidiano escolar, em busca, de não só marcar presença, mas também de desenvolver o seu glorioso papel, que permitia articular a doutrina e a prática. A primeira, sendo a única capaz de promover a revolução espiritual; e a educação aparecia então como ponto estratégico para esse fins.

Nesse momento, no entanto, a Igreja já procurava encontrar o seu espaço no novo regime, com Francisco Campos buscando estabelecer a ponte. Em dezembro de 1930, Alceu Amoroso Lima encontraria algum lugar para Deus entre os revolucionários, ao afirmar haver entre eles “uma corrente racional, tradicional e cristã” em oposição a uma outra “demagogia”, literária, que fatalmente levaria ao materialismo comunista e a perseguição da tradição cristã. Chama então os católicos para lutar contra a corrente demagógica, propondo o exercício de uma ação social no sentido de “defender” a incorporação de suas reivindicações no futuro estatuto político ao país.

Três meses depois, o jornal *A Ordem* conclamava os católicos para lutar pelo esforço de posição da igreja na sociedade. “A revolução será ineficiente, enquanto não se conferir à igreja sua devida supremacia. O governo responde de forma positiva. Um mês depois é promulgado o decreto que faculta o ensino religioso nas escolas públicas, abolidos desde a Constituição de 1891.”²¹

²¹ A ORDEM, Jornal. 20 maio de 1939, p. 9



Havia uma proposta da Igreja de investir no estudo da sociologia cristã, que seria responsável pela busca de uma racionalidade para a fé. Essa sociologia era vista como sendo capaz de contribuir para a ação e doutrina da Igreja, deslocando o centro da gravidade do sentimento para a razão.

Essa nova metodologia cristã, seria antes de tudo um método científico aplicável à sociedade. No entanto a filosofia e a religião, juntas, contribuíram para que a Igreja Católica pudesse desempenhar bem a sua tarefa de "reespiritualizar a cultura", no sentido de acabar, de uma vez por todas, com a incompatibilidade entre a religião e a ciência.

Para garantir seu espaço, a igreja empenha-se em reforçar várias frentes de atuação, dentre elas na reedição de livro "Ação Católica" de D. Leme, cujo objetivo em sua atuação era a "santificação da alma". O material foi divulgado através de jornais que circulavam nas escolas primárias de todo país.²²

Além do trabalho que desenvolveu junto ao governo, D. Leme, ao constatar que tinha pouca penetração das idéias religiosas entre os intelectuais, resolveu investir nessa categoria social, pois acreditava no seu poder de formar opinião. Influenciou na conversão de alguns nomes como Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. Esse grupo era influenciado por Leme para ser contra a influência do grupo escolanovistas, renomados educadores, indetificados de comunistas. Para isso sentiam ameaçados da perda do controle do ensino secundário²³.

Portanto "noventa por cento" em torno desse ensino eram compostos por escolas particulares, em sua maioria católicos, empenhou-se nessa luta,

²² A ORDEM, Jornal. 12 jan. 1938, p. 12.

²³ OLIVEIRA, Marlúcia de Paiva. A Igreja e renovação: educação e sindicalismo no Rio Grande do Norte, (1945-1964), Tese, 1999, p. 46. Numa entrevista com Alceu Amoroso Lima, a autora afirma que "ele próprio acredita 'hoje' que 1938 tenha sido, um ano de sua conversão ou renovação política".

conseguindo, através da ação da LEC²⁴, aprovar medidas, na Constituição de 1934, pela qual lhe beneficiava.

De fato, com essa atuação, a Igreja aumentou seu poder de pressão na Constituinte, fazendo aprovar o programa definido pela LEC, que incluía, entre outros tópicos, o ensino religioso, facultativo nas escolas públicas primárias e secundárias.

A Igreja conseguiu influenciar organizações básicas da sociedade civil, como a família e a educação, núcleos preferenciais de sua política. Aliás, a esse respeito, ao analisar o que chama de "ideologia católica", Cury (ano), traduz o termo como espíritos dos pensadores católicos²⁵.

A Igreja não poderia dedicar-se apenas ao espiritual, sob pena de ver, cada vez mais, diminuída a sua influência. Segundo Queiroga, até aquele momento, sua prática pastoral, em geral, havia sido conservadora e "zelosa de guardar não só a fé e a moral perenes, mas também as tradições e devoções. Corria, portanto, o risco do imobilismo".²⁶

²⁴ LEC, Liga Eleitoral Católica.

²⁵ CURY, Carlos Roberto Jamil. Ideologia e educação brasileira, católicos e liberais. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978, p. 201.

²⁶ QUEIROGA, Gervásio F. de. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB, comunhão e responsabilidade. São Paulo, Ed. Paulinas, 1977, p. 36

2 A PROGRAMAÇÃO DO ENSINO NA ESCOLA PRIMÁRIA POTIGUAR

2.1 OS PROGRAMAS DO LIVRO DIDÁTICO

O objetivo deste capítulo é analisar a influência do livro didático adotado para o Ensino Primário, na escola norte-rio-grandense, durante o período do Estado Novo, uma vez que os programas dos livros estavam sendo articulados pela interferência oficial do poder revelada na organização formal do ensino, através dos conteúdos programados.

Esse conjunto de fatores contribuiu para garantir a estabilidade política do governo do Presidente Getúlio Vargas e implementou uma política educacional de caráter nacionalista, centrada no culto das personalidades, tentando transformar a conduta do aluno no ensino primário, norte-rio-grandense.

Em razão disso, o governo utilizou-se do fator propagandístico em todos setores de comunicação, tornando tradição às comemorações cívicas nas escolas primárias, como forma de difundir, em um determinado momento histórico, os valores morais da sociedade e, ao mesmo tempo, incentivar o estudo da História, através da criação do herói, da data cívica, do ritual no cotidiano escolar.

Esse foi o horizonte onde se moveu o discurso ideológico que erigiu a escola primária como fator de progresso da nação, instrumento para a promoção da ordem e a consolidação do novo regime político. A integração do cidadão no meio social era compreendida como formação física, intelectual e, sobretudo, moral e cívica. Esse ideal foi perseguido durante todo período do Estado Novo.

Enquanto isso, os manuais de leituras serviram como ponto primordial para verificação dessas influências, tanto no que se refere ao controle na produção do livro, como no exercício dos conteúdos veiculados pelo livro didático. Este, por sua vez, era adotado na escola primária como instrumento capaz de articular e inviabilizar a difusão de idéias controversas ao regime varguista, não poderia ser repassado para as instituições de ensino público ou privado sem antes ser examinado, minuciosamente, pela Comissão Nacional do Livro Didático, criada em 30 de dezembro de 1938 pelo Decreto-lei nº 1.006.²⁷

Os livros didáticos eram submetidos a análise feita pela comissão nacional, com uma única finalidade: averiguar se havia, ou não, indícios que comprometessem as regras impostas pelo regime Varguista. Só eram considerados livros didáticos, os Compêndios e o Livro de Classe; o primeiro incluía todos os conteúdos pedagógicos, adotados para o ano inteiro; o Livro de Classe incluía os textos de leitura, como recurso primordial do mestre, para trabalhar o aluno em sala, por meio de desenvolvimento da habilidade de memorização.²⁸

Essa prática era vivenciada entre professor e aluno no cotidiano escolar. Na maioria das vezes, para não torná-lo extenuante ao aluno, o professor trabalhava outras dinâmicas em sala de aula, como os Cânticos introduzido como disciplina, que confundia ritmos com hábitos de conduta; fazia com que o aluno decorasse os conteúdos com rapidez durante a aula os ritmos de Corais eram vistos como forma também de motivar sua auto-estima.

²⁷V. LEX, 1939, 1ª Secção, p. 1. A Comissão Nacional do Livro Didático era formada de cinco a sete membros, dependendo do Estado. No Rio Grande do Norte, a Comissão era formada de três a cinco membros. Já no Sul do país, esse número sobe para cinco a sete. A função de chefe, era designado, pelo Presidente da República, cada membro assumia determinada função de acordo com a sua especialidade, eram submetidos a algumas exigências do próprio governo.

²⁸HOLANDA, Guy de. Programas e Compêndios de História para o ensino secundário (1931-1956), p. 224.

No elenco das disciplinas integradas à grade curricular, estava inserido o Canto Orfeônico. Sua introdução como disciplina foi percebida como criadora de potencialidades no campo afetivo: “de todas as formas de arte é a música, o canto e, sobretudo, o Canto Coral, que mais, despertá-lo-ia, nos alunos sentimentos nobres, emoções generosas e prazeres inocentes”.²⁹

Além dos conteúdos escolares, propriamente ditos, os programas de ensino elaborados na fase Estadonovista incluíam exames de comportamento postural: o aluno passaria entre quarenta minutos fixo sentado na sua cadeira, sem poder se mover. Toda atenção era voltada para o (a) professor (a), que examinava passo a passo, se o silêncio permanecia em sala. Essas observações tornavam-se mais intensas no momento das provas escritas.

A atitude da criança por ocasião das provas escritas deverá ser bastante observada pelo professor, procurando os defeitos de posição tais como (...) a posição do busto, do abdome, cabeça e braços. Principalmente nas aulas de caligrafia, que constituem por assim dizer, a base dos demais trabalhos escritos, procurando dessa forma evitar que com uma posição falsa possa trazer até conseqüências danosas à saúde da criança.³⁰

Além do mais, verificava-se todo tempo o estado da classe, ou seja, se a ordem teria sido mantida. Segundo Silva, essa forma artificial de silêncio forçado, imposto pelo mestre, incentivava à atenção ou disposição da turma e era vista uma como forma de avaliar até que ponto o aluno seria capaz de memorizar os conteúdos trabalhados, ou até mesmo o nível de aprendizado.³¹

²⁹ PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. Educação e Estado Novo em Minas Gerais, 2003, p. 128.

³⁰ Órgão Oficial da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, ano XX, 21 de abril de 1940, p. 18.

³¹ SILVA E. da. Revista Pedagogium, Órgão Oficial da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, vol. 1 Ano XX, 21 de abril de 1940, p. 15.,

O programa dos compêndios regulamentado em 1938 previa que o mesmo seria adotado por toda a rede de ensino público e privado. No entanto, nem sempre esta norma do regimento era obedecida pelos diretores das escolas primárias particulares. Vez por outra, os dirigentes acabavam solapando, deixando se convencer por propaganda comercial de outras editoras, passando a adquirir outros livros que não eram determinados pelo programa do governo.

O livro didático como um meio de disseminação do saber, diante de uma variedade de recursos, era o único adotado pelo mestre. Segundo Medeiros, o desenvolvimento do ensino deveria considerar os seguintes recursos: “primeiro, a investigação do aluno; depois, a palavra do mestre; por último, os livros de leitura”.³²

Nos programas de ensino presentes no Regimento do Estado Novo, além de constar o nome das disciplinas e os conteúdos que deveriam ser aplicados em sala, apresentavam também a lista dos livros didáticos que alunos e professores utilizariam para leitura e consulta. Era intenção que os mesmos, além de dar suporte para as explicações do professor, ressaltariam os nomes dos heróis, mostrariam o Brasil moderno, e agora nacionalista.

Os livros utilizados, especialmente aqueles destinados ao ensino de História, procuravam mostrar o brasileiro como um homem novo, forte e trabalhador, desmistificando o ideário de preguiçoso e malandro.

Os Livros didáticos para o Ensino Primário estava, organizados de modo que todas as classes do ensino infantil misto, elementar e complementar os utilizassem. Era costume o mestre citar os nomes dos heróis aos estudantes, vangloriando-os e enaltecendo o espírito de honra, heroísmo e de amor à pátria para despertar nos alunos sentimento de orgulho de seu país.

³² MEDEIROS, Adriana Moreira de. O Ensino de História na Escola primária no Rio Grande do Norte (1892-1925), 2004, p. 53.

De acordo com o Regimento de 1938, os livros didáticos antes de irem para o mercado, deveriam ser catalogados, numerados um por um e registrados, como forma de garantia do órgão responsável para que não houvesse modificações.

Cada unidade do livro trazia uma linguagem acessível e compreensível ao aluno, além de acompanhar uma lista de exercícios e um questionário com respostas de acesso à assimilação e memorização. Segundo Melo o professor costumava transformar esse conjunto de atividades em "tarefas de casa", como forma de ocupar a mente e o tempo do aluno, fora e dentro da sala de aula.³³

Em linhas gerais, as disciplinas mais estudadas nos programas do ensino primário eram: Português, Geografia, Aritimétria, História do Brasil, Geral e Local. O conteúdo da matéria de história era formulado de acordo com o ideal de ensinar o aluno "a conhecer à pátria por descrições que garantissem o despertar no espírito das crianças, o interesse e sentimento de entusiasmo e, gesto de amor pela pátria".³⁴

A partir de 01 de janeiro de 1940, o governo proíbe a adoção de livros didáticos feita pelo professor, na sua classe, pelo diretor na sua escola ou por qualquer outra autoridade escolar de caráter técnico ou administrativo na circunscrição que se exerce a sua jurisdição, salvo se esse livro fosse editado pelos poderes públicos.³⁵

De acordo com o Regimento Interno, o Diretor Geral do Departamento de Educação, Severino Bezerra de Melo determinou que algumas modificações fossem cumpridas na melhoraria do ensino nas escolas primárias potiguares, e recomendou

³³ MELO, João Wilson de. Pesquisa Oral. Entrevista concedida em, sua residência, dia 11 de jun. 2005, início 16:00h. às 17:43 h/min.

³⁴ MEDEIROS, Adriana Moreira Lins de. O ensino de História no Rio Grande do Norte (1892-1925), p. 57.

³⁵ A REPÚBLICA, Jornal. Portaria nº. 25, 01 jan. 1940.

aos diretores dos grupos escolares do Estado obedecer, a partir desta data,³⁶ as seguintes instruções:

a) que sejam reservados todos os dias nas aulas, 40 minutos para exercícios de português e 40 minutos de Aritimétrica; b) que não seja eliminada, na disciplina de Português a Leitura comentada, completando-se o tempo com ditado, ou redação; c) que os exercícios de aritmética, tenham caráter acentuadamente prático, preponderando as de solução de problemas aplicados às necessidades correntes; d) que desse especial atenção ao estudo de geografia e História do Brasil de acordo com o programa do livro adotado; e) que continue a ser ministrado o ensino de Geometria, Civismo e Ciências Físicas na conformidade das prescrições do Regimento Interno vigente.³⁷

O livro didático, de acordo com o Regulamento de 1938, não poderia ser ultrapassado do valor determinado pelo governo federal, o preço era estabelecido para todo país. O nome do autor teria que estar impresso na capa com letras de forma,

Para garantir a segurança do livro contra falsificação ou até mesmo de desvio, o governo Vargas previu que todos os livros didáticos fossem autenticados com a etiqueta na capa principal do livro, contendo o símbolo de advertência do Ministério de Educação e Cultura, MEC.

Os livros didáticos, cujo uso tenha sido autorizado na forma da lei, deverão conter na capa, impresso diretamente ou por meio de etiqueta, os seguintes dizeres: "Livro de uso autorizado pelo Ministério da Educação. Em seguida, (...), declarar-se-á ainda o numero do registro feito pela Comissão Nacional do Livro Didático, pela maneira seguinte: (Registro n...)"³⁸

³⁶ A REPÚBLICA, Jornal. Portaria nº 25, 9 jan 1945.

³⁷ LEGISLAÇÃO FEDERAL. Art. 21 1ª Secção cap. III, do processó de autorização do Livro Didático, Decreto-lei nº 1006 de 30 dez. 1938, p. 4.

³⁸ Legislação do Ensino, 1938, art. 19 p. 10.

O próprio Ministério da Educação mostrava grande interesse pelo controle do livro didático, cuja atitude foi demonstrada pela assinatura do novo órgão que cuidaria de organizar e publicar a nova Enciclopédia brasileira e o Dicionário Oficial da Língua Nacional, pois estas duas obras eram fundamentais para a criação de uma nova identidade cultural, segundo os olhos de quem estava à frente do poder público.³⁹

2.2 O CURRÍCULO PRIMÁRIO ESCOLAR

Após o golpe que instalou a ditadura no Brasil, no ano de 1937, o interventor do Estado, Rafael Fernandes Gurjão, propõe-se a mudar radicalmente a educação. O processo de mudanças estava centrado na atenção de análise do currículo e do programa pedagógico adotados nas escolas públicas do Rio Grande do Norte, no período da ditadura do Estado Novo.

O conteúdo curricular nos princípios do Estadovismo disseminava o espírito das relações morais do indivíduo, procurando realizar-se de modo nacionalístico e moralístico. Nesse sentido, o governo procurava mostrar a evolução social e cultural do país, desenvolvendo as potencialidades inatas dos alunos e permitindo alcançar a reciprocidade dos mesmos.

Consagrou, o culto de amor a pátria capaz de proporcionar de forma didática, o ensino primário com a finalidade de surtir um efeito rápido aos alunos; uma vez que, conseguindo, tornava inteiramente formal. Considerando-se que a Legislação

³⁹ A ORDEM, Jornal. 13 dez. 1941 3º nota. P. 13.

educacional, que inclui os currículos nos programas escolares representam a interferência oficial do poder constituído na organização formal do ensino.⁴⁰

Dessa forma, a escola primaria potiguar passou a ser constituída na sua estrutura curricular com a intenção de preparar o aluno para o Magistério, de modo a torná-lo apto para uma vida social e produtiva com preceitos de honra. Para isso, o ensino foi organizado para desenvolver-se de forma gradual e harmoniosa em seus métodos pedagógicos.

Essa proposta metodológica do ensino era de acordo com o desenvolvimento cognitivo do aluno, partindo do universo já conhecido por ele. Esse ensino de caráter intuitivo principiava na prática ideológica do regime Vargas cujo crescimento minucioso da inteligência, era seguido e orientado a partir da experiência do professor.

O desenvolvimento intelectual, moral e físico dos escolares foi organizado através dos conhecimentos instituídos nos programas. Através das Ciências Naturais, os alunos mestres tinham acesso aos conhecimentos adquiridos por meio de observação e experimentação. Enquanto isso, o ensino de Moral e Cívica ensinava ao aluno os seus deveres no interior das escolas, estimulando o patriotismo.

A evolução fisiológica, psicológica, a importância e o fortalecimento do corpo era trabalhado através de Educação Física. Esta disciplina foi destacada pela sua formação de caráter moral e higiênico. Tinha como principal fundamento formar "corpos ágeis, robustos, fortes e vigorosos com intuito de desenvolver a coragem no individuo, contribuindo para formação do jovem brasileiro". Os alunos ao praticarem os exercícios físicos eram treinados da seguinte forma:

⁴⁰ ANAIS, II Congresso Brasileiro e Memória de Educação Brasileira, Rio Grande do Norte, 2002, p. 203.

Exercício de alinhamento do corpo; posições fundamentais para melhorar a postura, com energia e complexidade. Além dessas atividades físicas, os alunos praticavam outros tipos de esportes e lazer que seriam, jogos de foot-ball ao ar livre, saltos, carreiras, passeios escolares e natação. Os movimentos corporais eram diferenciados para os sexos, sendo mais brandos para as meninas e, para os meninos, os exercícios eram tensos, buscando formar homens cultos, fortes e aptos para a vida.⁴¹

Através do estudo da História e Geografia, o aluno adquiria experiências em aulas práticas, na sua formação. Essas duas matérias contribuíram para a formação do caráter do aluno. No que diz respeito à disciplina de História a ser trabalhada em sala de aula, apresentava os principais fatos registrados da nossa historia, tais quais:

- a) Descobrimto do Brasil e da América.
- b) Independência do país, e a Campanha para a sua Independência: D. Pedro Primeiro.
- c) Proclamação da República.
- d) O período holandês e a restauração nacional.
- e) As capitânicas hereditárias. Os governos gerais.
- f) Abolição dos escravos, 13 de maio, a heroína Princesa Isabel.
- g) Domínio espanhol. As lutas pela Independência: Os heróis Tiradentes. Os bandeirantes.
- h) A família de Bragança no Brasil. O Reino. A Revolução de 1817: Frei Miguelinho.

A Geografia, sendo a grande aliada da Historia, era trabalhada de forma que o aluno conhecesse melhor o seu país e amasse a pátria, para no futuro defendê-la. De acordo com Souza, o ensino da Geografia procurava situar "a criança no seu espaço mediante a sala de aula, a casa, o caminho da escola, e sucessivamente, o Estado, o Brasil e a relação com outros países globalizados".

⁴¹ PEDAGOGIUM, Órgão Oficial da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte. Ano XX, Natal, 21 de abril de 1940. p. 15

O ensino da geografia deve ser moderno, procurando às senhoras professoras ao ministrá-lo, tanto quanto possível, processarem a respectiva globalização. O ensino globalizado desta matéria possui um campo propício, para que da sua aplicação surtam os efeitos desejados, isto é, uma aprendizagem mais perfeita, completa e eficiente. [...] O ensino da Geografia no seu início, deve ser feito em contato íntimo com a natureza, isto é, levando as crianças a observação direta de todas as modalidades relativas a grandeza, forma, localização e posição de todos os objetos da sala de aula e do estabelecimento. (Reunião de 14/3/1942).

Além dos conteúdos escolares propriamente dito dos programas de ensino, elaborados no plano Estadonovista, incluía Desenho como disciplina complementar e, o professor desenvolvia atividades com os alunos em sala de aula, que normalmente, a criança seria capaz de aprender em forma de linguagem expressiva, situando-se na percepção dos símbolos escritos, entre eles, era a caricatura de Vargas. Como forma de atribuir a sua imagem o pai e protetor dos seus verdadeiros filhos patrióticos.

Os símbolos trabalhados em sala, eram para exaltar o sentimento de amor ao próximo nos alunos, os mestres deveriam fazer uso não só diversos meios de comunicação visual, tais como, os desfiles estudantis e as apresentações de ginastas. Para os programas essas atividades serviram para a exaltação da memória nacional, que seria construída na conjugação de datas, heróis, monumentos e músicas.

Além das áreas do conhecimento, era também oferecido o ensino de línguas: Portuguesa e Francesa. Ciências Matemáticas: Aritmética, Ciências Sociais: História do Brasil e do Rio Grande do Norte; Geografia do Brasil e Trabalhos Manuais. Os recursos pedagógicos, que eram utilizados para o ensino primário eram:



Mapas, Atlas, globos, cartazes, jogos, brinquedos, tabuadas, livros e as cartilhas. Os trabalhos eram executados em diversas formas, através de desenhos, recortes etc.

O currículo foi organizado em horários determinados de modo que o aluno mestre vivenciasse no seu cotidiano o conceito de racionalização do tempo. A obediência e os hábitos da ordem de trabalho eram necessários para a sua participação no processo produtivo de educação do país.

Isto para as zonas urbanas, em que elas se organizavam sob a forma de grupos escolares, com quatro e mais classes, funcionando em dois turnos, o primário fundamental pela manhã e o complementar pelo turno da tarde, não era permitido ultrapassar uma carga horária de 4 horas e meia de atividades diária. Existia o intervalo entre três aulas corridas, com quarenta minutos de recreio, onde a criança tinha "liberdade" de brincar, mas nem sempre dava o direito da criança brincar, as

A prática comum era predeterminar o horário escolar, tanto em função da idade inicial para se matricular na escola, que seria com menos de oito anos; quanto para o tempo permitido para o aluno primário permanecer na escola, que variava de quatro a cinco anos. Enquanto isso, o aluno concluía o ensino primário entre dez e onze anos de idade.

O conteúdo programático desse currículo completava-se com o ensino de leitura, da escrita e do cálculo como meio principal das atividades docentes e discentes do ensino, que ia dos dois primeiros anos de estudos. Admitindo-se que, ao fim do primeiro, o aluno já fosse capaz de ler pequenos trechos, de formar sentenças ou frases.

3 OS RITUAIS CÍVICOS PATRIÓTICOS NA ESCOLA PRIMÁRIA DO RN

3.1 AS FESTAS CÍVICAS NO COTIDIANO ESCOLAR.

No período do Estado Novo de 1937 a 1945, os rituais cívicos eram compreendidos pelo uso dos hinos patrióticos, do culto á bandeira, das festas cívicas e dos cânticos orfeônicos. Normalmente esses cultos eram planejados cuidadosamente pelas escolas, os professores recebiam todos os passos a serem executados nas festividades desses rituais.

No Rio Grande do Norte também encontramos um planejamento dos rituais cívicos. Este foi o caso, por exemplo, da comemoração do Dia da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1939, quando se teve uma das maiores festividades cívicas-patrióticas já presenciadas no Estado.

Para essa comemoração, foram realizadas umas séries de ações sócio-educativas, coordenadas pelo próprio Interventor do Estado, Rafael Fernandes Gurjão, no qual envolveram diversos setores da sociedade, tais como: magistrados, clero, operariado, forças armadas, escolas e a imprensa. Os mesmos repetiam, um a um, os seguintes dizeres "prometo por toda a vida honrar o amor a minha querida pátria, ser leal e perseverar na ordem e na grandeza, para o progresso do nosso Estado e do nosso País".⁴²

Em linhas gerais, os rituais cívicos e os cultos de amor à pátria estavam caracterizados nas datas comemorativas que faziam parte de uma tentativa de resgatar, tanto a memória nacional, quanto a memória norte-rigrandense. Para tanto, o Estadonovismo considerava a participação de toda a população nos encontros

⁴² A ORDEM, Jornal. 08 de set. 1939. p. 12

festivos das comemorações cívicas. De acordo com Iwaya, “os rituais escolares trazem consigo a intenção de chamar a atenção da população para escola pública no período em estudo”.⁴³

Nas celebrações festivas do regime Estado Novo, exigia-se a participação de todas as escolas local; cada escola reunia todos os seus alunos, que, em seguida, eram deslocados para a Praça Cívica, onde normalmente aconteciam as solenidades cívicas de orgulho à pátria.

Através das formaturas, os alunos sentiam o temor eufórico criado em torno de Si no momento dos desfiles. Eram perseguidos, passo a passo, pelos seus professores e diretores, que acompanhavam todos os ritmos de compassos do aluno, no levantar do pé, ao erguimento do pescoço. Essa postura foi vivenciada por parte de ex-aluna da escola primaria potiguar.

“Havia nas escolas, vários tipos de exigências e advertências, por parte, dos superiores na hora dos cerimoniais festivos comemorativos; começava pelos uniformes que deveriam estar completos, limpos e asseados, (...) de preferência novos, todos, porém, vestidos por igual, caso contrario, estaria fora do desfile. As filas deveriam estar bem definidas e alinhadas, se por acaso o aluno saísse fora do alinhamento, ou olhasse para o lado do colega, recebia um grito de advertência, (...) “todos olhando para a nuca do colega”. Os desfiles começava às sete da manhã, o aluno era obrigado a chegar às seis na escola, já sentindo-se o espírito contagiante de amor à pátria ao escutar a banda de música tocar o hino nacional. E quando o aluno faltasse um desfile ou se comportava mal, era chamado à diretoria da escola e os pais eram comunicados”. Lemos “A minha Diretora era espetacular, porém, muito áspera e rigorosa com desobediência”.⁴⁴

Essas formalidades exigidas pelos governantes do Estadonovismo, para

com os escolares em relação ao uso do uniforme, a formação de filas, controle de

⁴³ IWAIA, Marida. Os rituais cívicos no cotidiano escolar, (1940 a 1960), Anais, p. 138-139.

⁴⁴ LEMOS, Nair Alves de. “Foi Ex-aluna do Grupo Escolar ‘Duque de Caxias’ no Município de Macau -RN, cursou até o 6º ano primário nesta escola estudou até aos 12 anos. Pesquisa Oral, entrevista concedida dia 12 de ago. 2005, início das 16hh às 18h..

hábitos e de horários na realização das festas cívicas são ações desenvolvidas pela escola para expressar-se, e exhibir-se e mostrar trabalho e competência através do desempenho dos alunos; e, ao mesmo tempo, passar para as famílias dos alunos e para os demais indivíduos da sociedade Norte-rio-grandense, o sentimento de orgulho e amor pela pátria e pelos os seus filhos. Esses elementos são os que vão compor parte da cultura escolar e instituições do ensino em geral.

De acordo com o Regimento dos Grupos Escolares de 1938 e segundo entrevistas realizadas com ex-alunos, constituem festas solenes as seguintes datas: 7 de setembro, comemorativa da Independência nacional; dia 25 de agosto, homenageia a Bandeira; 15 de novembro, em comemoração a Proclamação da República e aos heróis da pátria; e demais festividades cívicas que se realizavam no interior das escolas, como 01 de maio, chamada "Festa das Árvores. Além destas datas solenes, foram acrescentadas no calendário escolar as comemorações da descoberta do Brasil, o dia de Tiradentes e o aniversário do Presidente da República, Getúlio Vargas, em 19 de abril, no qual os alunos prestavam-lhes homenagens, como o canto do hino nacional e desfiles em frente aos prédios escolares.

O culto em homenagem á pátria é a missão dos mestres, não é um simples dizer campanudo que seduz como a beleza da pyrotecnica nestas festivas noites de novembro: é pelo contrário, um certo incisivo e soberanamente verídico, como apropriado ao dia e a esta solenidade". O melhor e o mais característico devotamento à pátria é de certo, o que merece o seu símbolo, a sua cristalização, no trapo auriverde que tremula sobranceiro nos momentos de dó, como também nas horas de alergia, por sobre a imensa nação Brasileira".⁴⁵

⁴⁵ LIMA, Nestor. O culto da pátria á missa dos Mestres, 1940, p. 19 Ed. Typografiado Instituto, Natal-RN, local, editora, 1940, p. 19.

Através do decreto-lei 4.545, de 31 de julho de 1942, o governo obriga em todas as escolas primárias do país o hastiamento da bandeira, com a execução do hino nacional, nas aberturas das sessões cívicas, nas cerimônias religiosas. Sendo assim, associava ao sentido patriótico a atenção do público. Segundo Lima, esses rituais cívicos tem o poder mágico de acordar os corações, eletrizar a nossa alma e sacudi-la de emoção".⁴⁶

A lei também prescrevia severamente o dia e a hora em que seria executado o culto de amor à pátria nas escolas primárias públicas do Estado, representado pelo uso dos símbolos nacionais. A escola que não se apresentasse da forma correta, estava sujeita a responder perante a justiça. A penalidade estava inclusa no 3º art. do Decreto-lei nº. 431, de 18 de maio de 1938, e seria aplicada uma pena que variava de seis meses a um ano de prisão a quem praticasse os seguintes delitos:

- a) quem praticar em lugar público ato que se traduza em menosprezo, vilipêndio ou ultrage a qualquer dos símbolos nacionais;
- b) quem despertar ou tentar disputar por palavras ou por escrito contra qualquer dos símbolos nacionais, a repulsa ou o^o desprezo público;
- c) quem violar de qualquer disposição legal relativa aos símbolos da nacionalidade, excluídos a casos supra-referidos, sujeitos a enfrentar a multa levava de cem a quatrocentos cruzeiros, elevada ao dobro nos de reivindências.⁴⁷

Os demais atos demonstrados pela força repressiva o mais importante, é que o elemento tradicional histórico era expressivo e representado numa "opulência" natural e as promessas, que o futuro nos acena, e a bandeira nacional evocava a cada instante a grandeza da pátria, que na qual, ela simboliza. Segundo Mendes,

⁴⁶ LEX, Legislação Federal de 1938, p: 38.

⁴⁷ LEX, Legislação Federal, 1939, p. 15

“nossa bandeira tem também a sua história, que vos honra na vossa nacionalidade e representa, o “futuro” da nossa nação”.⁴⁸

A homenagem ao “futuro” veio na perspectiva de iluminar as gerações futuras para honrar o Brasil. Ao incorporar esse espírito de grandeza, chegou a afirmar: “Vamos homenagear os que depois de nós virão trabalhar pelo engrandecimento do Brasil, a infância escolar”.⁴⁹ Nesse evento todos os estabelecimentos de ensino procuraram prestigiar o “futuro” com conferências regionais.

3.2 A AÇÃO DO GOVERNO ESTADONOVISTA NO ENSINO PRIMÁRIO POTIGUAR.

O Governo Estadonovista, na sua trajetória política, teve como objetivo principal enquadrar os diversos setores sociais ao novo modelo implantado no Brasil priorizando o setor educacional como meio de disseminar um ideário de amor e progresso á nação brasileira.

No Brasil, o ensino primário, no início do Estadonovismo estava organizado no âmbito dos estados, sem um modelo nacional de educação escolar. A partir da Constituição de 1937, surgiu um novo conceito de política educacional, na qual o ensino primário passou por reformulações de caráter institucional, destinada a obedecer uma ordem, segundo interesses das elites nacionais.

Neste aspecto, o Governo do Estado, através do Interventor Rafael Fernandes Gurjão, investiu na ampliação das oportunidades de bases fundamentais, trabalhando em construções e reformas de escolas primárias e isoladas, como

⁴⁸ MENDES, Teixeira. O Culto da pátria e missão dos Mestres, 1938 p. 15.

⁴⁹ IHGRN, Revista do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte, ed.. 25 de abril, 1938 P. 21.

também em grupos em áreas rurais e urbanas, como estratégia de dar visibilidade ao ato educacional à população potiguar.

O colégio Ateneu Norte-rio-grandense foi fundamental na formação da cultura potiguar, sua qualidade foi equiparada ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Este antigo e tradicional estabelecimento de Ensino Primário e Secundário do Estado passou por várias reformas, no sentido de aumentar o número de salas de aulas.

No ano de 1937, existiam 422 alunos matriculados no Ensino Primário; um ano após, em 1938, esse número aumentou para 580; em 1939, elevou-se para 613, com frequência normal de 514.⁵⁰

A tática usada pelo Governo Estadual era de criar novas escolas, ampliar e reformar os prédios escolares que já existiam, como forma de expandir o ensino primário, desde que o estivesse direcionado, prioritariamente, para atender as classes carentes. Para verificarmos essa postura do governo, observamos através de uma mensagem do Governo do Estado à Assembléia Legislativa.

“Como governante do Estado do Rio Grande do Norte, afirmo que, desde o ano anterior, já encontro alguns pontos frágeis do nosso aparelho de educação. Admito que só a arma material da atual aparelhagem (...) edifícios escolares e seu material, representaria um oneroso encargo e um nobre programa para qualquer governo. Assim, recaem sobre nas duas exigências formais, impreteríveis: melhorar o que existe e aumentar, em toda parte, o número de estabelecimento de ensino. A ambos daremos o apoio merecido, como fontes perenes, que serão de enriquecimento e progresso”.⁵¹

O governo investiu também em programas de formação de professores e inspeção de ensino, propondo, de certa forma, uma difusão da ideologia de reconstrução e progresso. Através do controle do trabalho pedagógico por parte dos

⁵⁰ Jornal A Ordem. 12 de janeiro de 1939, p. 6.

⁵¹ A REPÚBLICA Jornal. Mensagem publicada no Diário Oficial do Estado em 01 de set. 1937.

seus supervisores. Na política educacional do Governo estadual, havia imensas dificuldades para formar em quantidade suficiente para todos os municípios, e ao mesmo tempo, expansão do ensino primário para as áreas rurais.

Para isso, o então Secretário de Educação, Professor Severino Bezerra, resolveu promover encontros e reuniões em todos os centros educacionais do Rio Grande do Norte. A intenção do governo era de reunir todos os professores da rede de ensino primário de cada município, no sentido de preparar novos professores para ensinar, tanto nas zonas rurais, quanto urbana. Nesse aspecto, tratava-se de uma mensagem enviada ao Departamento de Educação pelo Governador do Estado constando os seguintes termos:

“O atual governo do Estado, pelo seu operoso Departamento de Educação, não poupa esforço, no sentido de enviar para o sertão o maior número possível de professores bem preparados. Acontece, porém, que nossas escolas normais não formam, ainda, professores primários em quantidade suficiente. Torna-se necessário aproveitar um grande número de núcleo sertanejos de professores primários que o são por verdadeira vocação espontânea. Trata-se de rapazes, de moças e, às vezes, de pessoas já maduras, sem dúvida inteligíveis e esforçadas; mas só as escolas especializadas podem dar (ver o original). Por isso mesmo, o professor Severino Bezerra está promovendo reuniões de professores que, sob a orientação dos diretores de grupos escolares do interior, fazem estágios de instituições extraordinariamente benéfico para orientação profissional. Está assim, o Departamento de Educação empenhado na fecunda tarefa de melhorar o quadro de professores”.⁵²

O governo visava construir uma escola ao modo da realidade social que estava presente naquela época; ou seja, a ação do governo era democratizar o ensino primário, tornando-o viável á necessidade da classe dominante e ás elites brasileiras. Nesse sentido, a ”supressão da experiência pedagógica para o curso primário era compromisso governamental.

⁵² A REPÚBLICA, Jornal. 02 fev. 1945, p. 05.

COM O quadro educacional do Rio Grande do Norte um ano anterior à implantação do novo regime, precisamente, em setembro de 1936, apresentava um número de 436 instituições de ensino primário distribuídas nos 42 municípios em forma de grupos escolares, escolas subvencionadas e não subvencionadas, e escolas operárias noturnas que atendiam a 32.490 alunos matriculados para todo Estado, só para o município de Mossoró, correspondia a 10.664 alunos.



CONCLUSÃO

O movimento de construção do sistema escolar norte-rio-grandense se intensifica com a implantação do Estado Novo. A importância atribuída à escola primária na divulgação de uma moral social foi indispensável à consolidação do novo regime político, pois fez com que o governo do Estado do Rio Grande do Norte assumisse uma linguagem nacionalista no que se refere à oferta da escola, adotando medidas que visassem estabelecer as bases e as condições de funcionamento de um sistema público de educação primária.

A propaganda ideológica do governo Vargas no período do Estado Novo repercutiu nas escolas Norte-rio-grandenses formando um caráter patriótico nos alunos. Para isso, usou de métodos pedagógicos que objetivassem ajustar o jovem à nova ideologia imposta pelo novo regime no país. Assim, foram impostas normas, hábitos e costumes os quais determinaram as atitudes e os comportamentos dos discentes para os objetivos desejados pela sociedade.

Todo o plano do novo regime era ideologicamente elaborado para "inculcar" na mente humana a nova forma disciplinar que seria ministrada no diverso meio social. Dessa forma, a escola primária potiguar passou a ser um templo, justificando a base de apoio a formar o novo ideário nacional. O nacionalismo era interpretado patriótico por envolver o espírito do indivíduo de amor, de respeito e de lealdade ao seu país e a seu Estado de origem.

Analisamos a prática do governo no cotidiano das escolas, no sentido de perceber a influência da implantação de métodos simbólicos ritualísticos como: o hino da bandeira, sendo executado em todas as comemorações cívicas; o cântico

orfeônico, como canto coral, cantados nas solenidades patrióticas, das marchas cívicas.

Foi necessária à pesquisa, a realização de entrevistas com ex-alunos de escola primária potiguar que vivenciaram as práticas ideológicas no período estudado. Assim, utilizou-se também da história oral. Por fim, mostra-se uma análise da bibliografia nacional, embora o Rio Grande do Norte não disponha da mesma, visto que há uma carência de trabalhos que estudem as formas pelas quais o governo Estadonovista se utilizou para tornar viável o regime ditatorial. Os jornais *A Ordem* e *A Republica* foram fontes de pesquisa para a realização deste trabalho, através dos quais podemos observar a postura do governo diante das perspectivas políticas do novo regime no que se refere à educação.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ideologia e educação brasileira, católicos e liberais. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978, p. 201.

DIRIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder nas relações de classe. Rio de Janeiro, Ed. 4, 1982, p. 80.

FIGUEIREDO, Paulo Augusto. O Estado Nacional e a Valorização do Homem Brasileiro. *Cultura Política*, n. 38 jun., 1943, p. 49-60.

HOLANDA, Guy de. Programas e Compêndios de História para o ensino secundário (1933-1935), 224-275.

REFERÊNCIAS

- BEOZZO, José Oscar. **História da Igreja no Brasil: Ensaio de Interpretação a partir do povo**. 2 Ed. Petrobrás: Vozes, 1985, p. 317.
- CORREIA, Jonas (Ten. Cel). **Parecer sobre a reorganização do ensino primário** "Nação Armada, nº 8, jul 1940.
- CUNHA, C. **Educação e autoritarismo**. São Paulo, Cortez/ Autores Associados, 1981, p. 43-48.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira, católicos e liberais**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978, p. 201.
- DINIZ, Eli. **O Estado Novo: estrutura de poder nas relações de classe**. Rio de Janeiro, Ed. 4, 1983, p. 86.
- FIGUEIREDO, Paulo Augusto. **O Estado Nacional e a Valorização do Homem Brasileiro**. Cultura política, n. 28 jun., 1943, p. 49-50.
- HOLANDA, Guy de. **Programas e Compêndios de História para o ensino secundário (1931-1956)**, 224-278.

IWAIA, Marida. **Os rituais cívicos e o cotidiano escolar** (1940 –1960), Anais, p. 138-139.

LIMA, Danilo. **Educação, Igreja e ideologia: uma análise sociológica da Elaboração da Lei de Diretrizes e Bases**. Rio de Janeiro, 1978, p. 37.

LIMA, Nestor. **O Culto da pátria a missão dos Mestres** Ed. Typografiado Instituto, Natal-RN, local, editora, 1940, p. 19.

MACHADO, L. R. S. **Educação e divisão social do trabalho**. São Paulo, 1982, p. 65.

MEDEIROS, Adriana Moreira de. **O ensino de História na Escola primária do Rio Grande do Norte** (1892-1925), 53.

MELO, João Wilson Mendes de. **Pesquisa Oral**. Entrevista realizada, em 11 de jun. 2005, 16:00 às 17:43 h/min. Em sua residência.

MELO, Salânia Maria Barbosa de. **A Construção da memória Nacional no período de 1937 a 1945**. ANAIS: Historia Educação Brasileira, 2002, p. 246.

MENDES, Texeira. **Oculto da pátria e a missão dos Mestres** Ed. Typografia do Instituto, Natal-RN, local, editora, 1938, p. 10.

- MICELLI, Sergio. **A política educacional e a formação da força de trabalho na era Vargas** Seminário Internacional, Rio de Janeiro, Ed. Da Universidade de Brasília, 1979, p. 51
- OLIVEIRA, L. L. **A elite intelectual e o debate político nos anos 30**, Rio de Janeiro: FGV/MEC, 1990, p. 31-59.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, p. 49.
- OLIVEIRA, Marlúcia de Piva. **Igreja e renovação: educação e sindicalismo no Rio Grande do Norte**, (1945-1964), Tese, 1999, p. 46.
- SILVA, E. M. **PEDAGOGIUM**. Órgão Oficial da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, Ano XX de 21 de abril de 1940, p. 18.
- PECAUTE, D. **Os Intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990, p. 27.
- PEIXOTO, Ana Maria Cassandra. **Educação e Estado Novo em Minas Gerais**, Bragança Paulista: EDUSF, São Paulo - SP, Local, editora, 2003, p. 128.
- PRADO, Adonia Antunes. **Intelectuais e Educação no Estado Novo**, Ed. Rio de Janeiro, 1982, p. 20.)

QUEIROGA, Gervásio F. de. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB, comunhão e responsabilidade. São Paulo, Ed. Paulinas, 1977, p. 36

República, Natal/RN, 12 dez. 1937, p. 08.

REVISTA, História Viva. Grandes temas: **O Brasil que Getúlio sonhou**. Edição especial temática n. 4, ago., 2002, p. 47.

República, Natal/RN, 23 out. 1937, p. 15

ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil, 1930 a 1973** Petrópolis, Ed. Vozes, 1976, p. 78-95.

Legislação Federal, Art. 21, 1ª Seção, cap. III, do processo do Livro Didático.

SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**, Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 71-85.

Legislação Federal, Art. 21, 1ª Seção, p. 1

SILVA, E. da. Revista "PEDAGOGIUM". Órgão Oficial da Associação de Professores do Rio Grande do Norte. Vol. 1, Ano XX, de 21 de abril de 1940, p. 15.

Pesquisa Oral

SOUZA, J. Moreira de. **O professor primário das zonas rurais**, São Paulo: Ed. Cortez, 1944, p. 46.

Entrevista realizada em sua residência, dia 11 de jun. 2005, início 16h às 17:43

XAVIER M. E. P. **Capitalismo e escola no Brasil: a Constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**, Campinas, SP, 1990, p. 58.

Entrevista realizada em sua residência, Grupo Escolar "Duque de Caxas" no Município de

Macau - RN, início em 1º ano primário nesta escola estudou até aos 12 anos

Pesquisa Oral, entrevista concedida em 12 de ago. 2005, início das 16:00 hs. às

18:00 hs

Jornais

Republica, Natal/RN, 12 dez. 1937, p. 08.

República, Natal/RN, 14 jan, 1945, p. 05.

República, Natal/RN, 28 nov. 937, p. 19.

República, Natal/RN, 23 out., 1937.p. 15

Ordem, jornal da Arquidiocese/RN, 01 de dez de 1937, p. 05.

Ordem, Jornal da Arquidiocese/RN 28 de jan. de 1938, p.19.

Legislação Federal,. Art. 21 1ª Secção cap. III, do processo do Livro Didático,

Decreto-lei nº 1006 de 30 dez. 1938.

Legislação Federal de 1938, p. 38.

Legislação Federal, 1938, 1ª Secção, p. 1.

Legislação Federal de 1937, 1938, 1939, 1940.Natal/RN.

Pesquisa Oral

Pesquisa Oral, Ex-aluno do Ensino Primário: Profº. João Wilson Mendes Melo.

Entrevista realizada em sua residência, dia 11 de jun. 2005, início 16h. às 17:43

h/min.

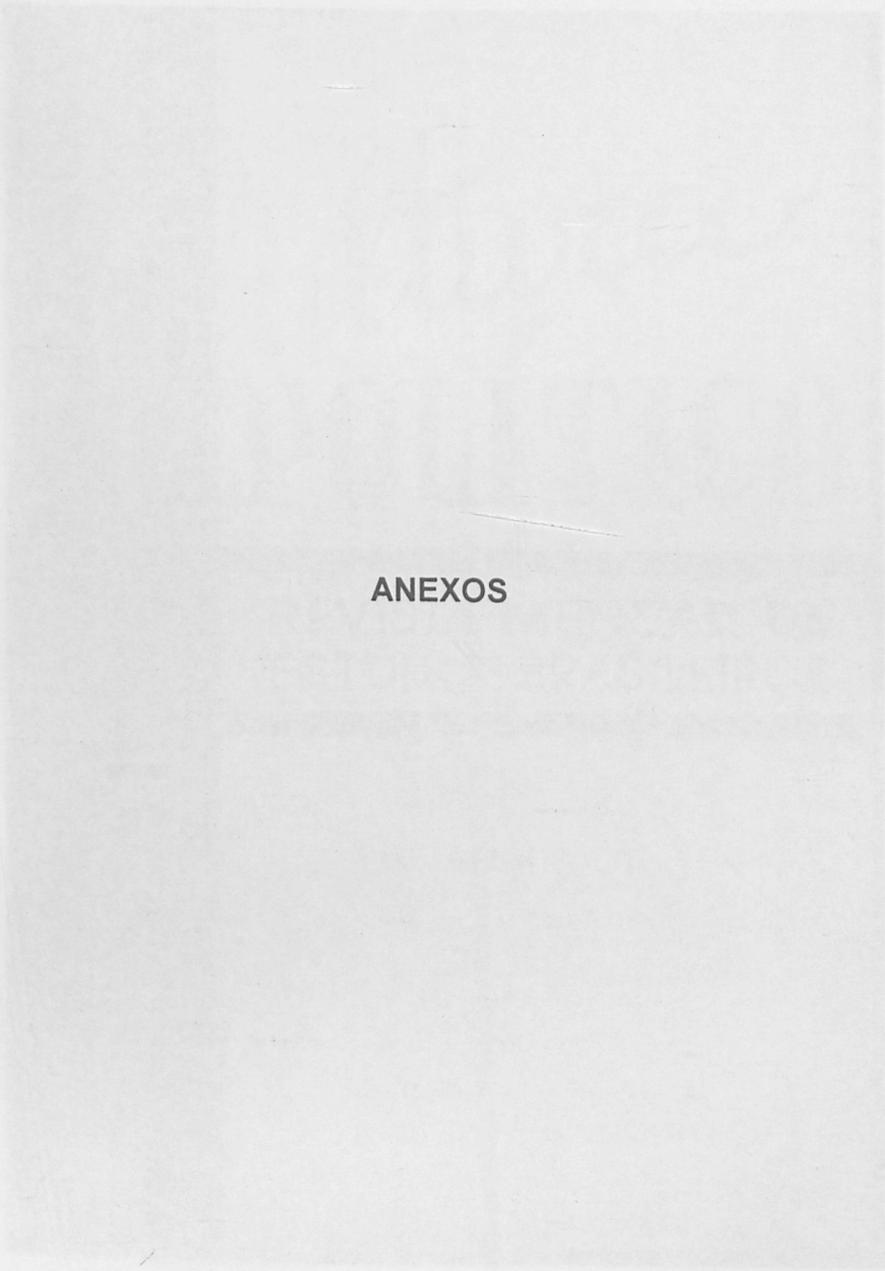
Pesquisa Oral, Ex-aluna do Ensino Primário: Nair Alves de Lemos. Entrevista realizada em sua residência, Grupo Escolar 'Duque de Caxias' no Município de

Macau -RN, cursou até o 6º ano primário nesta escola estudou até aos 12 anos.

Pesquisa Oral, entrevista concedida dia 12 de ago. 2005, início das 16:00 hs. às

18:00 hs.

ANEXO 1



ANEXOS



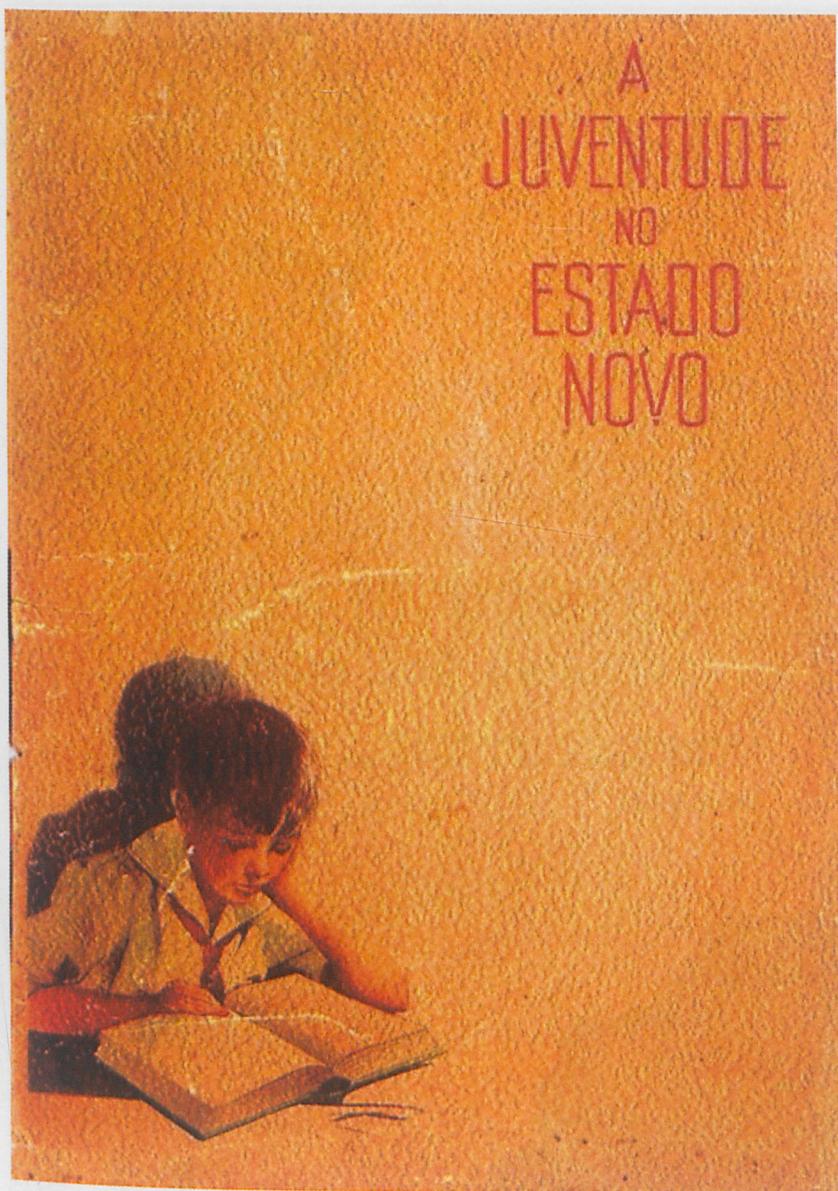
ANEXO 1



ANEXO 2



ANEXO 3



ANEXO 4

REV 30-16



GETULIO VARGAS
O AMIGO DAS CRIANÇAS

*“É preciso plasmar na cera virgem, que é a
alma da criança, a alma do próprio Pátria.”*

(Getúlio Vargas)

CPDOC/INE
Fundação Getúlio Vargas
4960/80

D. I. P.
NOVEMBRO DE 1940



ANEXO 5

